

Dificuldades *Dívida Externa* para pagar

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, tentará hoje, em Washington (ver ao lado), cumprir uma tarefa espinhosa: "quebrar as resistências" do Fundo Monetário Internacional (FMI) a concluir um acordo com o governo brasileiro, sem o qual os empréstimos setoriais do Banco Mundial, os recursos do governo japonês e os créditos das agências governamentais não terão a menor chance de ingressar no País neste ano.

Na conversa que terá com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, Nóbrega procurará mostrar a impossibilidade do governo de reduzir o déficit do setor público neste ano, levando em conta que, apenas com as determinações da nova Constituição, o poder central gastará, em 1989, cerca de 3,2 a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que, além de transferir mais recursos para os estados e municípios e de acabar com os impostos únicos, criou novos benefícios da Previdência Social.

No ano passado o governo acertou junto ao Fundo uma meta de 2% do PIB de déficit operacional para este ano.

No mínimo, esse déficit sobe para 5,2 a 5,5% do PIB, sem contabilizar os efeitos que as taxas de juro reais praticadas depois do Plano Verão produziram sobre os custos da dívida interna.

O maior déficit operacional registrado nos anos 80, quando se iniciou a medição de contas do setor público, foi de 6,2% do PIB, apurado em 1982. A perspectiva para este ano, contabilizando-se os juros da dívida interna, aponta para algo próximo a 7 ou 8% do PIB.

Em Brasília, espera-se "boa vontade" dos credores e dos organismos multilaterais. Primeiro, do FMI, em avaliar um programa antiinflacionário frágil; segundo, dos credores, inclusive Banco Mundial, pois sem o aporte de recursos externos o País corre o risco de não ter como pagá-los.

Não se cogita reagir à resistência externa com uma moratória declarada, mas o governo pode ser levado a atrasar pagamentos, como ocorre hoje com a Argentina e o Equador. Por precaução, as reservas cambiais brasileiras estão depositadas no Banco de Compensações Internacionais (BIS), em Basileia, e uma pequena parcela no Federal Reserve.

16 MAI 1989